

Collor e Marcílio esperam um 92 melhor

As perspectivas incluem a recuperação do crescimento econômico

Sandro Silveira

O presidente Fernando Collor e o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, não escondem que este será um ano difícil para o brasileiro. Estes 12 meses, entretanto, poderão garantir a realização de um dos principais objetivos da sociedade: a queda da inflação e a recuperação do crescimento econômico.

Isso significa que o trabalhador não verá seu salário crescer (não terá como comprar mais e melhores produtos), nem terá garantia de maior oferta de empregos no mercado. Além disso, vai pagar contas de luz, telefone, passagens de ônibus e combustíveis mais caros do que ano passado. Os empresários não terão lucros fáceis, os menos competitivos correrão riscos consideráveis de falência e aqueles que não investirem, venderão menos no futuro, pois o País está facilitando a entrada de produtos estrangeiros a preços próximos dos nacionais.

Esse será o preço a pagar para se chegar a uma inflação próxima a dois por cento em dezembro deste ano e tê-la numa média mensal de 1,23 por cento em 1993. Mais do que isso, o Produto Interno Bruto do País (PIB) cresceria três por cento (12 bilhões de dólares) naquele ano. O PIB me-

de em dólares toda a riqueza produzida pelo trabalho de um País. O seu crescimento demonstra mais consumo interno e melhoria de exportações (venda para outros países), o que não ocorre sem aumento do número de empregos e também dos salários dos trabalhadores.

Collor e Marcílio prometem tudo isso sem "mágicas", nada de congelamentos de preços e salários ou "confiscos" do dinheiro aplicado em poupanças. Basicamente, o Governo pretende evitar que exista muito dinheiro no mercado, para reduzir o consumo. O Banco Central manterá regras (juros altos) que tornem a compra a prazo muito cara. O consumidor é forçado a comprar à vista, procurando sempre o preço mais baixo, ou deixando seu dinheiro na caderneta de poupança ou outra aplicação financeira.

Essa política evitaria a especulação empresarial em busca de preços cada vez mais altos pois, para manter preços elevados, seria necessário financiar um bom estoque de produtos. Como os juros vão estar altos, o financiamento sairá caro, inviabilizando esse tipo de manobra.

Ano inacabado — Voltando-nos para o ano que passou, a sensação que se tem em conversas com membros da equipe econômica é que, de fato, 1991 pode ser considerado um ano inacabado. E coube ao Grupo de Acompanhamento Conjuntural (GAC) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ligado à Secretaria Especial de Política Econômica, tornar pública essa visão através de sua Carta Conjuntural

de número 29, publicada mês passado.

"O Congresso Nacional adiou para 1992 a apreciação da Emenda Constitucional ("Emenda") e, também, para este ano foi postergado o acordo com o FMI e credores externos. Contudo, 1991 não foi um ano perdido", avalia o GAC.

O GAC justifica a afirmação, porque em 1991 "se formou consenso nacional de que a estabilização e posterior retomada sustentada do crescimento econômico exigem, antes de tudo, que as contas do setor público estejam equilibradas em caráter permanente".

"Os primeiros instrumentos para a consecução desses objetivos — o "Emenda", a privatização e a maior abertura econômica — já foram colocados ao critério da sociedade, o que representa avanço considerável quando se recorda o que, efetivamente, foi realizado na última década", lembra o GAC.

O GAC conclui sua Carta Conjuntural número 29, observando que "para 1991 se transformar em um ano acabado, ainda que em 1992, é necessário que os custos da estabilização — com a repartição mais equânime possível — sejam amplamente aceitos pela sociedade.

FOTOS ARQUIVO



O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, promete a retomada do crescimento sem "mágicas"